



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1274

A CONCEPÇÃO DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEPENDÊNCIA POLÍTICA EM FHC

ST 11 – Política e movimentos sociais no Brasil: século XX

Paula Tissiany Viana de Macêdo Carneiro, Mestre em Economia pela UEM,
Professora do Departamento de Economia da UNESPAR/Apucarana,
paula_eco@yahoo.com.br

Marcelo Vargas; Mestre em Economia pela UFPR, Professor do Departamento
de Economia da UNESPAR/Apucarana, mavargas@fecea.br

Acir Bacon, Especialista em Economia de Empresas, Professor do
Departamento de Economia da UNESPAR/Apucarana, acirbacon@hotmail.com

Paulo Cruz Correia, Doutor em Economia pela UFRGS, Professor do
Departamento de Economia da UNESPAR/Apucarana,
correiapc@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de ressaltar as principais preocupações de FHC quanto aos aspectos da importância da inovação para a política de desenvolvimento e dependência, mediante a metodologia de compilação bibliográfica e sua inter-relação com a corrente teórico-econômica desenvolvimentista. O desenvolvimento nacional vive um momento de convalidação de suas fronteiras, mediante uma multiplicidade de elementos econômicos e políticos envolvidos na consolidação de suas instituições e na busca da resposta a um capitalismo nacional menos desigual em formação. A abordagem inovacionista retoma o pensamento de FHC em relação ao desenvolvimento e a teoria da dependência, com a inserção das economias menos desenvolvidas e das nações cêntricas no centro do debate. Em sua tese de doutorado, FHC estuda política e desenvolvimento nas sociedades dependentes de 1962, a luz de Gramsci, Lukakis e Marx, realiza uma pesquisa empírica, entrevistando o empresariado e confronta ideias desses empresários com o que está nos modelos científicos. Constata que capitalismo e parlamento pouco se aproximam, questiona com que segmentos os empresários querem alianças? A resposta vem com a classe média e outras, os trabalhadores só aparecem no sétimo lugar. A conclusão é a de que o modelo democrático participativo não passa pelas aspirações dos empresários, pois estes não propõem, nem se coadunam com uma revolução política burguesa que inclua os trabalhadores.

Palavras-chave: Inovação; Desenvolvimento; Dependência Política; e, Econômica.

1 - INTRODUÇÃO

A inovação é uma conquista desejada pela sociedade por ser capaz de oferecer condições reais para a melhoria das necessidades humanas onde se entende que nação industrializada é nação desenvolvida. A indústria apresenta-se como campo fértil para a tecnologia e o desenvolvimento tende a ocorrer quanto mais a sociedade, governo e capitalistas juntos cooperarem na geração de inovações, considerando-se esta fundamental para o futuro das empresas e do desenvolvimento. Vivemos em permanente mudança, o que nos mostra, a cada dia, que o mundo de hoje não será igual ao de amanhã. Sua dinâmica cria novos espaços em todos os campos: na indústria, no comércio, na agricultura, nas comunicações, nas artes. Enfim, onde houver um universo social, as transformações estão a ocorrer permanentemente.

Essa mudança, como bem destaca FHC (Fernando Henrique Cardoso), pode gerar, endividamentos externos, dependência, quando as forças de poder estão em desequilíbrio. A exploração pela mais valia relativa, em favor do capital que se instala nos diversos ambientes, tende a desenvolver-se de forma acelerada, num contexto em que, o combustível da liberdade - numa economia globalizada - tende a ser o aprendizado e o conhecimento conquistado, tendo como principal motor a inovação e a tecnologia. Os responsáveis e dirigentes desse motor são os atores - de forma geral - os que estão à frente, na direção dos diversos segmentos empresariais e de planejamento das políticas públicas institucionais de desenvolvimento, num ambiente em que a economia não se dissocia da política.

O objetivo deste trabalho é o de destacar as principais contribuições de FHC quanto aos aspectos da importância da teoria da dependência e desenvolvimento; e, suas relações envolvendo os aspectos inovacionistas. Este texto possui duas seções, além desta introdução. Na próxima seção, procura-se caracterizar as principais contribuições de FHC, analisando-se, o

caminho do desenvolvimento via teoria da dependência; na seção seguinte, observa-se o processo de desenvolvimento e dependência, por meio do foco industrialista envolvendo a importância da inovação nesse processo. Por fim, são apresentadas algumas conclusões.

2 - Contribuições de FHC e os Caminhos do Desenvolvimento via Dependência

Os estudos de FHC dão ênfase ao estudo do desenvolvimento colado à teoria da dependência. Tenta explicar por que as sociedades são dependentes. Essa teoria se manifesta, conforme se apresenta em vários autores, como Weber, por meio da análise de forças sociais, poder e dominação; dentro do marxismo, em Gramsci, Lukakis e Sartre (existencialismo); em Lenin, principalmente em relação a subordinação de um modo de produção a outro. As vertentes pioneiras dão ênfase aos obstáculos ao "desenvolvimento nacional"; na perspectiva marxista, dá-se ênfase às análises sobre o capitalismo internacional monopólico; e, em relação à caracterização do processo histórico estrutural, dá-se destaque às relações de classe que permeiam a dinâmica das sociedades dependentes; dá-se enfoque, ainda, à questão política-econômica internacional colada a grupos de interesses de políticas locais, num movimento de geração e embate de contradições e lutas internas. Assim, as mazelas do sub-desenvolvimento são explicadas por um quadro de dependência externa que teve suas primeiras manifestações passando pelo feudalismo e imperialismo (FARIA, 1971; CARDOSO, 1980).

O foco metodológico utilizado por FHC, enaltece a existência de um processo histórico, por meio de cortes entre estruturas. As diferenças entre um e outro período são o método histórico-estrutural de análise da transformação das sociedades latino-americanas, com ênfase ao Brasil, analisadas por meio de um desdobramento lógico da dialética abstrata. Nas palavras de CARDOSO, (1980, P.43):

“A passagem do abstrato ao concreto se faz pelo processo de determinação, ou seja, de elaboração da ordem pela qual se hierarquiza e se articula um conjunto de relações e se distingue este conjunto (totalidade) de outros conjuntos. Para isto, é necessário

produzir os conceitos que permitem articular e delimitar os conjuntos de relações”.

E, apegando-se à corrente teórica marxista, destaca que: "o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso". E conclui oferecendo uma idéia geral de seu foco metodológico, afirmando que, em relação à análise concreta: "supõe a elaboração dos conceitos que permitem organizar a unidade do diverso. Ao mesmo tempo esta "unidade" não apaga as diferenças, não dissolve as particularidades na "abstração" representada por idéias gerais". Essas idéias definem um universo de discurso teórico e, por meio de um processo histórico, reafirma que: "a História só se deixa apreender por meio dos conceitos que a organizam; por certo, o processo social emite os sinais que, sob a forma de ideologia, indicam os contornos entre as coisas" (CARDOSO, 1980, p. 56).

No início dos anos 60, as correntes discutiam: i) Por que a crise? Por que a estagnação? A CEPAL responde de uma forma marxista e os trotskistas de outro? Qual é o papel da burguesia (empresariado) nacional? E, qual é o futuro dos países da América Latina? É o que se pergunta. Tem-se a crise de retração das taxas de crescimento, de ampliação das taxas de inflação e o desajuste ao aparato institucional do país. João Goulart compra a idéia de reformas. Ela resulta frustrada e vem o golpe de 1964, apoiado pelo empresariado. Antes de 1964, FHC detecta que o empresariado brasileiro rejeita a parceria com o proletariado nacional. Do lado da CEPAL, esta se centra na divisão internacional do trabalho. FHC mostra que a Cepal é um ganho para a discussão de problemas dos países da América Latina, mas, com limites, cai a CEPAL no erro de que periferia é periferia e que decisões do centro condicionam a periferia (CARDOSO, 1973, 1980).

Para a CEPAL, a crise se dá por falta de demanda e demanda de consumo. Não vai ser o centro da análise, mas assume que o capitalismo no Brasil consegue se reproduzir sem distribuir renda. Pode-se ou não distribuir renda, depende das condições históricas. A lógica do capital não leva em si a distribuição. Pela experiência histórica, há ausência de regulação, como pela liberdade do *laissez faire* que tende à concentração, mas, variáveis políticas – legislação trabalhista, sindicatos, uma sociedade organizada, culturalmente avançada para a participação nas decisões mais importantes em relação ao

futuro do país – podem frear a lógica concentradora do capital, porque o desenvolvimento econômico, por si só, não leva à distribuição (CARDOSO, 1973, 1978, CINTA, 1980).

Os trotskistas concordam com a tese da estagnação e a CEPAL propõe desenvolvimento com divisão de renda. Para os trotskistas, a estagnação é fenômeno intrínseco, cultural, e a burguesia não é mais a revolucionária como do século XVII ao XIX e o capitalismo está nos últimos suspiros, com a tendência de redução de lucro. Essa é uma forte questão que se reflete no primeiro mundo e é repassada à periferia. Mas, o que se reproduz nos países da América latina, não é o capitalismo, mas a miséria e o futuro da América Latina tenderia ao fascismo ou socialismo. Que fascismo e que socialismo, com sociedade excludente e mais valia absoluta galopante (CARDOSO, 1980; FONSECA, 1999).

Para FHC, o desenvolvimento capitalista é acumulação de capital, exploração da mais valia absoluta - por meio da extensão da jornada de trabalho - e relativa, por meio da modernização técnica e dos processos de produção. Não se está estagnado, porém, não se tem marasmo. Estão revolucionando-se as forças produtivas, num ambiente em que nunca a lógica do capital foi de distribuição. Em termos de *laissez faire*, a lógica é de concentração, mas a América Latina, ao contrário da moda da CEPAL não está condenada à estagnação (CARDOSO e FALETTO, 1979; CARDOSO, 1980).

O capitalismo entra nos ambientes econômicos e pode ser por meio do imperialismo, a exemplo de Canadá e Argentina, e tende a revolucionar as forças produtivas, pela incessante busca do lucro. É este que move o capitalismo em busca da eficiência técnica dos meios de produção, remodelando a rotina das empresas, bem ao modo da destruição criativa de Schumpeter, dando nova conformação aos ambientes econômicos. Tenta-se superar o debate de dualismo cepalino, de mercado interno e externo. A crítica é a crença da CEPAL ao desenvolvimento nacional autônomo, mas o empresariado nacional busca fora a tecnologia, por meio de M&E, quando esta, do ponto de vista de seu custo, seja inviável de ser produzida internamente. Estão presentes na teoria da dependência as variações políticas e variações externas. Tenta-se superar a dicotomia de fora para dentro, dá-se ênfase no sentido de que, um dos erros da CEPAL é que ela não trabalha com variáveis

políticas. As forças que equilibram o poder estão, deste modo, fora do jogo e, para FHC, essas forças podem ser determinantes, como quando a classe dos tenentes, descontentes com o alto escalão do exército, foi decisiva para a revolução de 30 e ao golpe de 64 (CINTA, 1980; CARDOSO, 1980).

Quando se diz, entretanto, que existe dependência, não se propõe dependência, mas é difícil a burguesia (empresariado nacional) liderar a revolução burguesa, normalmente se associa e se recria um subdesenvolvimento associado, a grupos de poderes internos e externos. Alguns estudos até supõem uma forte força no papel da burguesia nacional, podendo existir, mas não é o agente principal de mudança. Por que a CEPAL acredita na burguesia? Porque prescinde da análise política, sem olhar variáveis internas. Tem relação com externas, mas tem força interna muito forte. É como olhar as disputas dos anos 30, entre as disputas do imperialismo inglês e do imperialismo americano, descartando as variáveis internas, como se o exército não fosse classe social. Isso faz parte da história e do aprendizado, ela não nasce por si só. A interpretação do país é uma sucessão de coisas que se faz por diversos ângulos, incluindo o da dependência externa tecnológica (QUIJANO, 1971; CARDOSO, 1978, 1998, FONSECA, 1999).

Em sua tese, FHC estuda política e desenvolvimento em sociedades dependentes de 1962. Com Gramsci, Lukakis e Marx, faz pesquisa empírica, entrevistando o empresariado e confronta idéias desses empresários com o que está nos modelos científicos. Constata que capitalismo e parlamento não se aproximam muito, e questiona com que segmentos os empresários querem alianças? Com a classe média e outras, e os trabalhadores aparecem em sétimo lugar. A conclusão é a de que o modelo democrático burguês não passa pelos empresários, pois estes não propõem revolução¹ ao lado dos trabalhadores. O latifúndio, típico das investidas para uma reforma agrária, também não aparece como empecilho ao desenvolvimento. Pode ter sido na Europa. Pelo modelo e os resultados das pesquisas de FHC em sua tese, constata-se que não é isso que acontece (CARDOSO, 1978, 1980).

Em grande medida, o movimento do desenvolvimento tem sido visto por grupos de esquerda e por liberais ortodoxos como que articulado por meio

¹ Em Florestan Fernandes, a revolução burguesa, começa em 1908 e se consolida em 1930, com a consolidação do Estado Nacional (FERNANDES, 1981).

de campanhas nacionalistas, do esforço da constituição de empresas monopólicas estatais com poder de recriação de subsidiária. Isso foi o eixo orientador do nacionalismo desenvolvimentista das virtuosas conquistas nacionais dos anos 30 e 60, seguindo-se orientador do pensamento crítico até 1964. Quando o nacional-populismo deixou de lograr êxito e a burguesia nacional (empresariado) entrou no jogo imperialista, também deixou de ser viável o "desenvolvimento nacional-burguês", e o novo desenvolvimento sonhado tornou-se subdesenvolvimento associado. É a crítica à sociologia do desenvolvimento, ao populismo e, ainda, ao desenvolvimento nacional-burguês (CARDOSO e FALETTO 1979).

3 - A Dependência na Esteira da Industrialização, Desenvolvimento e Inovação

Essa forma de crescimento econômico - baseado na internacionalização do mercado e da dependência ao capitalismo associado - abre a possibilidade de se acelerar a industrialização nos países menos desenvolvidos, dando nova conformação às bases da dependência, já que o consenso é o de que país industrializado é país desenvolvido. A industrialização nos países menos desenvolvidos aparece como nova vertente à exploração de matérias primas baratas e da mais valia absoluta e relativa na direção da acumulação e, nestes termos, persiste a dependência, via o crescente endividamento externo, com reflexos negativos sobre a circulação de capitais e na capitalização das economias dependentes. É um problema ainda não resolvido na teoria do capitalismo (CARDOSO, 1973; COHN, 1969, TAVARES, 1999).

Este novo caráter de dependência, por meio da industrialização - franqueada pelos países cênicos - vem acompanhado da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho. Na visão marxista, este desenvolvimento não se generaliza por todas as regiões, nem se presta a isso, visto que as vocações regionais são diferentes e umas podem oferecer menos ou mais ao processo de expoliação capitalista. Nas palavras de FHC: "A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estão se

modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção”. Estes são sinais que apontam para um processo de desenvolvimento capitalista com dependência, sendo o tripé dos principais beneficiários deste modelo de desenvolvimento dependente-associado: empresas estatais, corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambos (CARDOSO, 1980, p.15).

Esse desenvolvimento capitalista com as novas aspirações de dependência, impulsionado pela nova divisão internacional do trabalho, na economia contemporânea, está balizado notadamente nos seguintes fatores: i) na expansão da mais valia relativa nas nações industrializadas; ii) nas exportações pelos muitos países menos desenvolvidos, promovendo uma redução do custo de reposição da força de trabalho nas nações cêntricas; e, iii) as exportações de matérias-primas, tendendo a colaborar para a redução de investimentos em capital constante. O contrário deste discurso, no entanto, também pode ser protagonizado, como por Lenin, por ocasião da formação do capitalismo russo. O capitalismo passa a desempenhar nas sociedades em que se instala uma atmosfera de progresso, desenvolvendo as forças produtivas e dinamizando as relações de produção (LESSA, 1969; CARDOSO, 1978; FONSECA, 1999).

Da parte marxista, sublinha-se o papel da "acumulação primitiva", acompanhado pela exploração colonial na formação do capital, além de que o carro chefe do sistema capitalista industrial é o desenvolvimento e a geração de novas tecnologias para a extração da mais-valia relativa. Um problema que parte deste ponto é o de que a acumulação nos setores industriais se dão de forma diferenciada. Qual a sua função em escala mundial? Uma questão que impacta diretamente no custo da reposição da força de trabalho. Essa questão, contudo, também tende a ser definidora para que novas ondas de tecnologia se processem e mantenham a corrida pela concorrência na acumulação de capitais a fim de que produção, consumo, acumulação e o nível de atividades se mantenham em alta. É uma visão da industrialização que passa a ser observada, mais pela ótica do capital e do investimento, do que pela super-exploração do capitalismo avançado por parte da mão-de-obra superexplorada da periferia (COHN, 1969; CARDOSO, 1980; FURTADO, 2008).

Os diferentes focos periféricos de industrialização², todavia, não estão imunes, mas isso se deve também a muito do que a teoria econômica já tem ensinado: condições comparativamente vantajosas entre uma região e outra; política econômica (fiscal, monetária e cambial) adequada de indução; o fator cultural³ preponderante ao desenvolvimento; as oportunidades da economia mundial, mercadológicas e tecnológicas; a sobra de liquidez para investimentos; a estabilidade⁴ política monetária; e, um aparato institucional com significativo grau de consolidação com regras definidas. Então, ao que parece, o foco de dependência tende a estar em maior grau na questão tecnológica que, pós globalização dos anos 90 e, atualmente, impõe a existência de avançado padrão como exigência para se vencer as mazelas da industrialização periférica. Isso, porém, ainda não anula a questão da dependência entre centro-periferia, principalmente em relação à categoria de poder que se estende a esfera política, quando economia e política não se dissociam (SILVA, 1976; CARDOSO, 1998; TAVARES, 1999; CARNEIRO, 2006).

Ao que parece, é razoável observar o problema por meio de dois clássicos setores econômicos: o de produção de bens de produção e o de produção de bens de consumo e seguem como básicos à compreensão dos mecanismos de acumulação. Nestes dois setores, é o setor 1, o de bens de produção, que assume um decisivo e necessário papel na explicação de ciclos de expansão e retração do capital, bem como, para equilibrar, o afrouxa ou o arrocha da vida da mais valia, em vias de geração, ou de obsolescência tecnológica. Nesse contexto, a atual divisão internacional do trabalho promove, nas economias cêntricas, a concentração no setor 1 e em setores afins,

² Há setores intensivos em escala, há indústrias fornecedoras de tecnologia e outras que dependem fortemente da tecnologia vinda de outros setores. Dependendo da indústria, pode não depender de outras. Indústrias baseadas em Ciência e Tecnologia (C&T) geram sua própria tecnologia, para elas mesmas usarem. Mesmo dentro do setor que produz tecnologia, porém, pode haver assimetrias tecnológicas (MASTROSTEFANO e PIANTA, 2004).

³ No fator cultural, a tecnologia depende da ciência, em cima de um conhecimento acumulado. O nível de qualificação da força de trabalho é significativo para se aproveitar da nova força tecnológica emanada das empresas maiores ou de fronteira tecnológica. O padrão cultural faz a diferenciação entre países e a cultura empresarial tende a ser diferente entre eles. Por formações étnicas, históricas, uns são mais ágeis e evolucionistas e outros mais conservadores (NEGRI, ET ALL, 2005).

⁴ A estabilidade política e econômica também leva os agentes a investirem em P&D, a terem acesso e a buscarem o padrão mundial, ou o melhor padrão tecnológico possível.

principalmente nos que tendem à geração de novas tecnologias (CARDOSO, 1978; COLISTETE, 2010).

Então, a verdadeira dependência, para os padrões atuais, tende a configurar-se, nos muitos países menos desenvolvidos, como dependência dos padrões tecnológicos⁵, a qual acaba por se tornar dependência financeira, porque o processo de geração, exige cumulatividade⁶ e apropriabilidade tecnológica⁷, complementaridade e compatibilidade das novas inovações, e estas são um processo de conquistas de padrões tecnológicos, que levam tempo e são demasiadamente caras. Impõe-se aos muitos países menos desenvolvidos uma dependência financeira, com endividamento externo, já que necessitam buscar as tecnologias produzidas pelas nações centrais e, à medida que estes buscam a promoção da industrialização para a produção de bens de consumo, ou de intermediários de mediana tecnologia, seguem com a reprodução da dependência que vem desde o feudalismo, o primeiro dos processos de organização política. É a teoria da dependência, que não dissocia economia de política (QUIJANO, 1971; CARDOSO e FALETTO 1979,). Nas palavras de CARDOSO, (1980, P. 86): “Assim, desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim”.

⁵ A inovação para um padrão tecnológico, não é algo dado, é construída, por meio de aprendizado e rotina. Ela passa a ter uma regularidade. Tem um caminho a seguir, um processo inovativo quando, constantemente, se buscam outras possibilidades, para fundar um novo, ou melhor, produto, ou novo processo produtivo (TIGRE, 1998; NEGRI, ET ALL, 2005).

⁶ Por meio da '*cumulatividade tecnológica*' que se traduz no conhecimento acumulado, vai-se permitindo que a tecnologia faça seu caminho. Regulando-se a temporalidade, faz-se com que estes elementos aflorem, usando a ciência e a técnica a serviço da firma. A tecnologia tem forte relação com a "história de fazer as coisas". Isso dá condições de a firma solucionar problemas e de se inovar. Notadamente, isso está fortemente presente nas empresas antigas do início do último século (DOSI, 1982; NEGRI, ET ALL, 2005).

⁷ Pela '*apropriabilidade tecnológica*', a tecnologia passa a ser expressa em produtos, e por meio do processo produtivo, refletida na potencialidade do produto, do insumo onde a tecnologia pode ser gerada fora do setor. A dinâmica capitalista procura mecanismos de defesa a fim de se garantirem os ganhos por um período maior de tempo, fruto de um diferencial de concorrência através da conquista tecnológica. A firma busca a apropriação dos ganhos dessa tecnologia, por meio de garantias mediante 'patentes' aperfeiçoando-se constantemente - seu *leptime* - a fim de se produzir com menor tempo possível (DOSI, 1982; TIGRE, 1998).

4 - CONCLUSÃO

Este trabalho percorreu, as principais correntes apresentadas por um importante estudioso do desenvolvimento, com relevância e significado balizado em cima dos períodos de seus estudos. FHC, reconhece que o melhor caminho para o processo de desenvolvimento é a promoção do novo ou melhor produto, onde a inovação assume uma corrida que nunca para. Vê-se que, para o momento, o grande desafio às empresas dos países menos desenvolvidos é o de como se gerar inovações de produtos e de processos, investindo em P&D, ao nível de se competir com as nações desenvolvidas, conquistando-se uma posição sólida ao desenvolvimento de novos empreendimentos.

A industrialização deve vir sempre acompanhada da modernização dos meios de produção. É a inovação que, tem o poder de mover o capitalismo para um novo patamar, com acumulação, distribuição ou não da renda. Depende da maturação institucional da sociedade, mas não se promove desenvolvimento sem inovação. Por certo, nesse olhar se aproxima uma situação de interdependência, mas que também é uma análise em que não se pode separar economia da política.

FHC, realiza um esforço de reconsiderar os problemas do desenvolvimento econômico por meio da inovação, apoiada nas situações históricas que dão coloração às transformações estruturais que permitem entender a diversidade de avanço entre as diferentes nações cênicas e os muitos países menos desenvolvidos que estão presos a um traço histórico de situação de dependência financeira e tecnológica. Essa visão contribuiu para a multiplicação de análises sobre o importante papel do Estado para o equilíbrio do desenvolvimento e das relações centro periferia, bem como da configuração e da importância das burguesias locais - movimentos sociais, os sindicatos, os operários as ideologias - e, ainda, da marginalidade e urbanização, que passaram a ganhar relevância à luz do olhar da teoria da dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, F.H. **AS IDÉIAS E SEU LUGAR: Ensaio Sobre as Teorias do Desenvolvimento**. Cadernos CEBRAP n. 33 e/ou, Petrópolis, Ed. Vozes Ltda, 1980.

_____, F.H. **AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO**. Ed. Paz e Terra. Ou, "Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência", in: *Estado e Dependência*, CEBRAP, Caderno n. 11, São Paulo. 1973.

_____, F.H. *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*. In: José Serra (org.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Ed. Paz e Terra, RJ. 1978.

_____, F.H. **O presidente segundo o sociólogo**. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. Ed. Companhia das Letras, SP. 1998.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Ed. Zahar, RJ. 1979.

CARNEIRO, R. **A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CINTA, Ricardo, "Burguesia nacional y desarrollo", In: **El perfil de México en 1980**, op. cit.

COHN, Gabriel. **Problemas na Industrialização no Século XX**. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969. p. 285-306.

COLISTETE, Renato P. *Revisiting Import-Substituting Industrialization in Post-War Brazil*. **Texto para Discussão**, PPGE Economia/UFRGS, 2010.

DOSI, G. (1982). **"Technological Paradigms and Technological Trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change"**. *Research policy*, vol. 11 n. 3, p.147-162.

FARIA, Vilmar E., "Dépendance et ideologie des dirigeants industriels brésiliens", **Sociologie du travail**. N. 3, julho-setembro 1971, Paris.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2008.

LESSA, C. e VASCONI, T., **Hacia una crítica de las interpretaciones del desarrollo latino americano**, Universidad Central da Venezuela. Centro de Estudios del Desarrollo, serie IV, Cursos e Conferências, n. 2, 1969.

MASTROSTEFANO, V. ; PIANTA, M. **The Dynamics of Innovation and its Employment Effects. An analysis of innovation surveys in European Industries**; artigo apresentado à conferência da 10a International J. A. Schumpeter Society, Milão, 9-12 de junho de 2004.

NEGRI, J.; FREITAS, F.; COSTA, G.; SILVA, A. e ALVES, P. Tipologia das Firms Integrantes da Indústria Brasileira: Procedimentos Metodológicos Utilizados no **Projeto de Pesquisa: “Inovação, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras”**, Brasília, 2005.

QUIJANO, Aníbal. "**Nationalism and capitalism in Peru: a study in neo-imperialism**", Monthly Review, vol. 23, n. 3, julho-agosto 1971.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 3a. ed. 1999.

TIGRE, P. B. Inovação e teoria da firma em três paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 3, jan./jun. p. 67-111, 1998.